



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

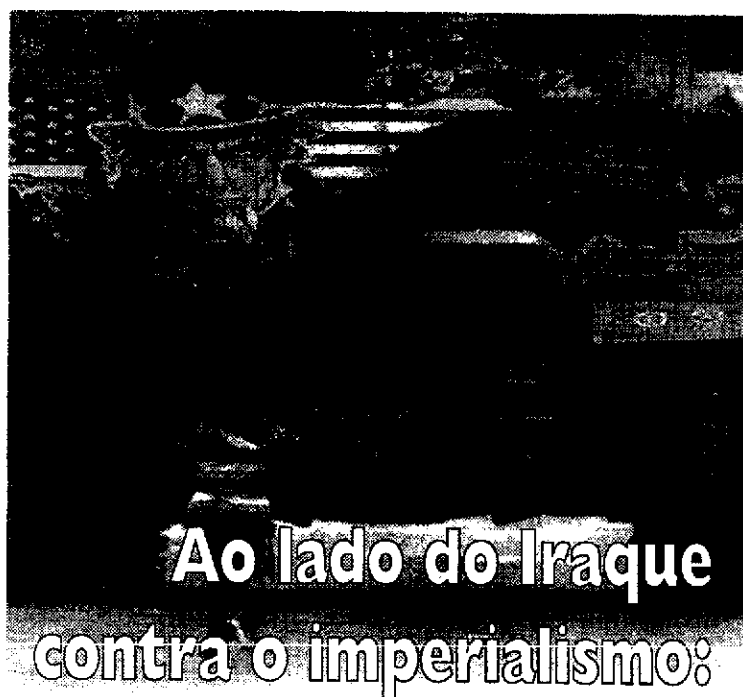
MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIII - Nº 249 - DE 14 A 25 DE NOVEMBRO DE 2002- R\$ 1,00

O Pacto Social é um instrumento de aumento da opressão social, a serviço dos capitalistas e contra as massas.

Abaixo o pacto social! Organizações de massa fora das negociações do pacto social!



**Ao lado do Iraque
contra o imperialismo!**

**Fora com a resolução da ONU,
marionete do imperialismo!
Em defesa da autodeterminação
do Iraque contra a ingerência
norte-americana**

**Qual o caráter
do novo governo**

**As eleições
nos estados**

**85 anos da
Revolução Russa**

Manifesto ao ENER

Quinzena de Luta Do Movimento Operário

Brasil caiu no "ranking de competitividade"

O Brasil caiu dois pontos no chamado "ranking de competitividade", elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, e ocupa agora a 46ª posição, que mede a capacidade de crescimento nos próximos anos de 80 países, segundo os critérios do imperialismo.

O que vale notar nesse índice é que mostra que, apesar da crise descomunal que atravessamos, os países semicoloniais, de economia atrasada como o Brasil, tiveram retrocessos, enquanto os países imperialistas avançaram, o que demonstra que é nas grandes crises onde a concentração do capital e aumento da miséria da maioria aparece de uma forma mais visível.

Indústria Paulista demite 8,9 mil operários em outubro

Segundo o Departamento de Pesquisas Econômicas da FIESP, somente em outubro, foram demitidos oito mil e novecentos trabalhadores. Este é o pior re-

sultado para o mês de outubro desde 1995 quando foram demitidos mais de 10 mil trabalhadores. Só neste ano, o número de demissões já chegou a mais de 60 mil empregos e, nos últimos 12 meses, mais de 73 mil.

É assim que os capitalistas respondem a suas crises, demitindo os trabalhadores, e fazendo com que os que restaram continuem tocando a produção para que não caiam seus lucros.

Acordo de CUT e Sindipeças inclui reajuste e mudança de data-base

A Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT e o Grupo 3 da Fiesp (setores de autopeças, forjaria e parafusos) está fechando o acordo. Na parte salarial, só haverá reposição com base no INPC acumulado entre novembro de 2001 e outubro deste ano, que deve se aproximar dos 10%. Isso devido ao acordo feito em 2001 entre montadoras e sindicatos do ABC e de Taubaté — com duração de dois anos. A FEM-SP quer também a mudança da data-base de novembro

para setembro. Mas isso dependerá de negociação com o Sinfavea (montadoras). Como podemos ver, o acordo feito pela burocracia reformista visou a não fazer nenhum tipo de mobilização antes das eleições presidenciais, gerou o imobilismo que estamos presenciando agora, a tal ponto de nem lutarem contra as demissões que estão varrendo o setor.

Operários da Fiat Italiana Bloqueiam Portos

Centenas de metalúrgicos da Fiat bloquearam, dia 11 de novembro, o acesso ao Porto de Palermo, interrompendo as viagens para a capital da Sicília. Os operários estão ameaçados de perderem seus empregos com o plano de reestruturação da montadora.

A Fiat, maior empregadora privada da Itália, pretende fechar 8,1 mil empregos, ou seja, 20% de todos seus trabalhadores italianos.

A luta dos operários italianos é uma bela lição, que devemos utilizar, nos mobilizarmos para acabar com as demissões.

Sobre a Campanha salarial dos metalúrgicos

Devemos exigir:

1. Reajuste de 20%
2. Fim da redução da jornada com redução do salário
3. Nenhum companheiro demitido
4. Fim da terceirização e dos salários diferenciados

Por que devemos reivindicar 20%

A inflação anual chegou aos 13%. Os preços dos produtos da cesta básica sobem todos os dias. O governo já anunciou o aumento do preço da gasolina, mais de 12%. O diesel foi reajustado em 20,50%. O gás de cozinha, que usamos diretamente, sofrerá um acréscimo de 22,8%. A partir daí, todo mundo sabe: os preços dos alimentos e transportes vão ser corrigidos acima dos 13%.

Os patrões dizem que a correção salarial não poderá ultrapassar 9,6%. Portanto, bem abaixo dos cálculos reais.

Pedir menos de 20% é aceitar o aumento da exploração do trabalho. Quanto mais baixo o reajuste, mais os patrões ganham. A defesa do salário é a defesa da reprodução da força de trabalho, portanto, da nossa vida.

Nada de aceitar o jogo dos patrões

É verdade que o desemprego é uma erva daninha que vem crescendo dia-a-dia. Também é verdade que, nesses anos, nós trabalhadores não temos tido aumentos salariais e nem por isso o desemprego reduziu.

Como se vê, a aceitação de acordos de redução de salário, salários diferenciados e a reposição de parte da inflação não foram soluções para breçar as demissões. Os patrões jogam com os acordos malditos para nos calar.

Nossa proposta:
Aumento real de salário, 20%

Nenhum companheiro demitido
Redução da jornada sem redução do salário, para que haja emprego a todos

Nossa força está na nossa unidade

A campanha salarial, que inicia nas fábricas, tem de ter como objetivo a unidade de todos os metalúrgicos. A defesa das assembléias gerais unificadas, de todas as fábricas, tem como finalidade a aprovação um único índice, a luta contra as demissões e contra a destruição de direitos trabalhistas. Portanto, uma única pauta de reivindicação e os meios para exigir dos patrões.

A nossa força para arrancar as propostas está na nossa unidade. Por isso, dizemos que há dois caminhos diferentes, ou seja, duas políticas para a campanha salarial.

Duas políticas para a campanha salarial	
Aqueles que defendem abaixar a cabeça e aceitar o índice determinado pelos capitalistas;	Aqueles que defendem a unidade de todos os metalúrgicos para enfrentar os patrões
Aqueles que propõem a campanha por grupos (9, 10 e montadoras)	Aqueles que propõem assembléia unificada para aprovar uma única pauta e o caminho da luta
Aqueles que aceitam a redução do salário e redução da jornada	Aqueles que rejeitam os acordos malditos, que reduziram salário e eliminaram parte de nossos direitos trabalhistas
Aqueles que concordam com a terceirização e os contratos temporários	Aqueles que acham que está na hora de lutar por uma verdadeira campanha salarial e não abaixar a cabeça
Aqueles que querem fazer negociação e acordos por fábrica	Aqueles que confiam nos trabalhadores para poder enfrentar os capitalistas que nos esmagam

O Nossa Classe chama os companheiros a defender a política verdadeira do proletariado. Portanto, a não colaboração com os patrões, a não aceitação de acordos malditos e a não divisão de nos-

sa força. A divisão só favorece os capitalistas. Estes estão unidos para manter seus lucros e aumentar a exploração do trabalho.

O Nossa Classe chama os compa-

nheiros a exigir do sindicato a convocação da assembléia unificada de todos os metalúrgicos para enfrentar de conjunto os patrões e arrancar nossas reivindicações.

Lula anuncia um governo de pacto social

O presidente Lula começou seu governo convocando organizações de banqueiros (Febraban), empresários da indústria (CNI, Fiesp), da agricultura (Abag), dos transportes (CNT), do comércio (Associação do Comércio de São Paulo), organizações não governamentais (ONGs) e organizações sindicais (CUT, Força Sindical) para discutir a formação de um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Esse organismo terá o objetivo de construir Pacto Social.

Em seu discurso, Lula explicou que "o conselho pretende facilitar o processo político ao ajudar na construção de consensos mínimos". É o embrião de um pacto social que tem por base três aspectos: 1) desenvolvimento sustentável e geração de emprego; 2) inclusão social; 3) fortalecimento das instituições. Discutirá projetos de reformas que em seguida irão para o Congresso Nacional.

A pretensão é que os vários segmentos capitalistas e organizações sindicais negociem propostas e medidas para a situação de crise econômico-financeira e fome. A colaboração entre capital e trabalho, na realidade, é a base do Pacto. Essa cooperação entre exploradores e explorados só tem um sentido: os explorados renunciarem à luta de classe e admitirem assim a continuidade da exploração, da fome e da miséria da maioria. O Pacto Social é oposto à luta de classe. Favorece apenas o poder econômico, sobretudo aos monopólios.

A natureza de classe do governo Lula

Qualquer que seja o Presidente da República, será sempre um governo capitalista. Administrar o Estado é sustentar a estrutura econômica vigente, as relações de classe e o domínio político da burguesia.

As massas elegem um dos candidatos, mas não lhe podem dar seu conteúdo de classe explorada e oprimida. O governo formalmente escolhido pelo voto da população representa de fato a classe capitalista minoritária. Governará segundo as leis de funcionamento do capitalismo e expressará, em última instância, os interesses gerais da burguesia, contrapostos ao da classe operária. Esse é o conteúdo essencial do novo governo do PT/Lula.

Não se deve obscurecer a natureza capitalista desse governo, com as qualificações de "governo popular". Com explicações do tipo: as massas escolheram um governo saído da oposição, das esquerdas, da vontade popular. Ou com o argumento de um governo que não saiu das elites dominantes, da oligarquia etc. Quaisquer que sejam os traços distintivos do reformismo petista e das origens de classe do PT/Lula em relação aos demais partidos e candidatos, não contrariam a lei histórica de que um governo do Estado capitalista será um governo burguês.

As eleições são um dos instrumentos

da democracia capitalista. Não podem gerar um governo de classe antagônica ao poder econômico e à ditadura de classe da minoria sobre a maioria, que caracteriza historicamente a função do Estado. A noção de um governo de todas as classes, ou como diz Lula, um governo de todos os brasileiros, não corresponde à realidade econômica, social e política do capitalismo.

A intenção de representar todas as classes, governar sobre elas, regular a exploração e administrar interesses opostos não é realizável. Um governo neutro, imparcial, justo, voltado à cidadania, ao bem do Brasil, não passa de máscara ideológica da dominação de classe.

A particularidade do governo petista

O PT arrastou as massas com o voto de oposição e promessas de mudanças.

Volta do crescimento, abertura de dez milhões de emprego, fim da fome, elevação do salário mínimo, reforma agrária e combate à violência foram os principais apelos aos explorados. Manutenção dos contratos com os credores, os acordos com o FMI, conservação do regime cambial, estabilidade inflacionária foram os compromissos contraídos com o grande capital nacional e imperialista. Favorecimento à pequena e média empresa, subsídios, isenções, serviram para atrair os elos mais débeis do capital.

Esse programa contraditório não se di-

ferenciou substancialmente do dos demais partidos concorrentes, sendo dois deles da oposição. Mas a particularidade da candidatura PT/Lula esteve no fato de não nascer do ventre do grande capital. Não se identifica organicamente com os monopólios e com a classe capitalista em geral.

OPT nasceu vinculado ao movimento da classe operária e de uma camada da pequena burguesia urbana e rural. Sua história é de oposição democrática, de contestação nacionalista, de alternativa reformista e de adaptação crescente às pressões do grande capital. Ganhou projeção junto às camadas exploradas mais radicalizadas e sensíveis às bandeiras reformistas, obtendo 30% dos votos. Por um tempo, defendeu a aliança restrita a alguns setores da burguesia e pequena burguesia considerados progressistas. Finalmente abandonou esse conceito em favor de qualquer aliança, desde que permitisse constituir seu governo.

A particularidade do PT e a candidatura Lula não constituíram agentes orgânicos do grande capital, mas a ele terem se adaptado, e de conservarem laços com as massas operárias, camponesas e da pequena burguesia urbana, que têm ilusão nas soluções governamentais, configura um governo contraditório, submetido a todo tipo de pressão.

Não por acaso, a burguesia teme que se configure um governo populista, ou seja, que recorra a reformas impossíveis de se realizar, para se manter apoiado nas massas, impor uma margem de independência frente ao grande capital e poder pressionar a oligarquia que controla o Estado. Também, não por acaso, a esquerda petista receia que a adaptação do PT às exigências do grande capital acabe colocando o governo Lula numa posição servil e frustre os anseios dos explorados.

Setores burgueses aplaudem a idéia de um governo negociador desde que sirva aos interesses de suas frações e que seus capitais sejam bem protegidos das reivindicações dos explorados. O assistencialismo do seu programa "Fome zero" serve para manter a face do populismo clerical. Os setores pequeno burgueses e religiosos ligados a soluções assistencialistas estão de acordo com um governo negociador ao servir aos paliativos, às esmolas, que amortecem a revolta dos famintos. A burocracia sindical e chefes de movimentos (MST, moradia) colocam-se em posição de apoio a esse

governo, considerando a possibilidade deste usar a máquina do Estado para fazer concessões aos de baixo.

Em que condições governará

O governo da aliança PSDB, PFL, PMDB (FHC) atendeu plenamente aos interesses do capital imperialista. O que permitiu potencializar os elementos da crise econômico-financeira. Os artifícios do Plano Real elevaram a dívida a 70% do PIB. A extraordinária sangria de recursos a custo de estagnação, desemprego e maior opressão sobre os trabalhadores não reduziu o impacto do endividamento. Pelo contrário, o País está mais submetido ainda aos credores.

A eleição de Lula se deu com o compromisso deste não tocar nos mecanismos de espoliação imperialista e de parasitismo financeiro. Somente mediante um pacto público com o grande capital, a burguesia admitiu que os meios materiais necessários para se eleger um Presidente fossem colocados a serviço da candidatura Lula.

Todas as amarras impostas pelo FMI à política econômica deveriam ser mantidas e possivelmente até mesmo reforçadas, como no caso do superávit fiscal de 3,75% do PIB. A tendência do imperialismo é de exigir mais. A crise mundial vem se elevando e poderá alcançar um patamar convulsivo. É o que indicam a queda na economia norte-americana e a ofensiva bélica dos Estados Unidos.

O encadeamento de quebras regionais, que vem se processando desde o começo de 90 e que hoje desintegrou a Argentina, ameaça atingir as entranhas das potências. O Brasil desponta como um dos elos fracos nessa sucessão de bancarrotas.

O governo FHC teve de recorrer, no final do seu mandato, a recursos da ordem de 30 bilhões de dólares dos cofres do imperialismo para que a bomba não estourasse em suas mãos. O PT/Lula foram convocados a homologar o empréstimo e com ele a selar o compromisso de manter a linha pró-imperialista.

Há um outro aspecto das condições em que o PT exercerá o comando do Estado. Terá de constituir um governo com as forças que foram derrotadas nas eleições. Mesmo que não se chegue a uma aliança formal com o PSDB e PMDB, o governo Lula estará na sua de-

pendência. O poder real continuará sob o controle dos três grandes partidos do capital. Ou o novo governo se ajustará aos seus ditames, ou terá de recorrer ao populismo.

A linha anunciada por Lula é de adaptação. O núcleo que manda no PT teme recorrer às massas, para pressionar as frações capitalistas a aceitarem uma margem de independência do novo governo. Tudo indica que o governo negociador dará lugar a agudas crises políticas.

Abaixo o Pacto Social do governo Lula

É preciso que se diga que antes de ser eleito o PT contraiu um pacto. Foi o de não romper contratos e diretrizes dadas pelo FMI. Por cima de qualquer outro pacto que se deseje, está o pacto pró-imperialista. Esse um dos problemas centrais da governabilidade.

O governo petista terá de negociar a crise que arrebentará por todos os cantos. Sofrerá, de um lado, tremendos constrangimentos por parte das frações burguesas. As que têm interesses mais definidos determinados pela sua ligação com os monopólios exigirão total contínuo. As que estão ligadas ao mercado interno pleitearão proteção contra a quebra. Por outro lado, as massas pressionarão contra o avanço do desemprego e da superexploração.

As ambigüidades sociais do "governo democrático e popular" de Lula serão duramente testadas. A luta interburguesa no aparato do Estado e a luta de classe dos explorados contra os exploradores poderão ganhar enormes proporções.

A orientação para um pacto social está determinada por essas condições. O governo poderá administrar os interesses das frações burguesas, com alguma margem de manobra, caso controle a luta de classe. O Pacto Social é acenado logo de início pelo Presidente Lula como um meio da burguesia ajudá-lo a silenciar as massas famintas e controlar o proletariado.

As organizações sindicais e o MST são convocados a comporem o Pacto. É dever revolucionário de todas as correntes do movimento operário e popular defenderem a independência das organizações de massa e levantarem a bandeira de abaixo o Pacto Social do PT/Lula.

Novo governo e o pacto social

A situação política está marcada pela eleição do governo do PT. A diretriz desse governo é a de constituir um pacto social. O que significa convocar as organizações operárias, camponesas e populares a colaborarem com o novo governo em suas negociações com as frações capitalistas.

É lançado o pacto social nas seguintes condições: 1) quebra financeira do Estado devido à dívida interna e externa; 2) presença das tendências recessivas e inflacionárias; 3) desemprego crescente e imposição dos acordos de "flexibilização"; 4) queda na taxa média dos salários; 5) avanço da miséria das massas com o mais baixo salário mínimo de sua história; 6) agravamento das condições dos camponeses sem-terra; 7) exigência da burguesia de continuidade da reforma trabalhista e da previdência; 8) agudização da crise mundial capitalista; 9) pressão do imperialismo para se implantar a Alca; 10) ofensiva bélica dos Estados Unidos sobre os países semicoloniais.

Esse conjunto de fatores indica que a evolução da crise ganhará maiores proporções. Os capitalistas estão obrigados a descarregá-la mais violentamente ainda sobre as massas oprimidas. É nessa circunstância de bancarrota que o governo Lula chama as centrais, MST e sindicatos ao pacto social. Não pode haver outro conteúdo para a colaboração de classe senão a dos trabalhadores aceitarem maiores sacrifícios, abrindo mão de

suas reivindicações e evitando recorrer à luta de classes. O pacto é uma política da burguesia para os momentos de profunda crise. Por isso mesmo, contrapõe-se à luta das massas e impõe a subordinação das necessidades dos oprimidos aos interesses da minoria opressora. Partindo dessa constatação, a Corrente Proletária da Educação propõe as seguintes resoluções:

Resoluções:

1) Frente ao desemprego, rebaixamento salarial, destruição de conquistas sociais, fome e miséria:

a) Reajuste imediato do salário mínimo. Um salário que dê para uma família de 4 pessoas, pelos nossos cálculos deve ser R\$2000,00; b) Emprego a todos, através da implantação da escala móvel das horas de trabalho (redução de jornada sem redução de salário); c) Garantia de Previdência e saúde públicas para toda a população; d) Escola pública e gratuita em todos os níveis para toda a população; e) Combinação do trabalho com a escola (jornada de 4 horas e o restante na escola); f) Expropriação dos latifúndios sem indenização e entrega das terras aos camponeses.

2) Frente ao pacto social e a toda política de colaboração de classe.

a) Que os sindicatos e a CUT rejeitem a proposta de pacto social anunciada

pelo governo Lula. b) Nenhum apoio e nenhuma trégua ao governo Lula e aos governos estaduais e municipais. c) Que organizem a resistência coletiva dos trabalhadores para enfrentar os capitalistas e os governos subservientes.

3) Frente à ofensiva do imperialismo.

a) Que os sindicatos e a CUT se coloquem abertamente contra a Alca e a Base de Alcântara; b) Que organizem a luta antiimperialista, criando os comitês e convocando as manifestações de rua; c) Não se apoiar unicamente nos plebiscitos e não fazer dele um fim em si mesmo para submetê-lo ao Congresso Nacional; d) Que o governo Lula rompa as negociações em torno da Alca; e) Que quebre o acordo de implantação da base militar norte-americana de Alcântara e demais acordos secretos.

4) Frente o intervencionismo imperialista

a) Rechaçar a resolução da ONU que viola a autodeterminação das nações e prepara o caminho para invasão dos Estados Unidos ao Iraque; b) Defesa do Iraque, nação oprimida, e condenação da ação bélica patrocinada pelos Estados Unidos; c) Retirada imediata das tropas invasoras do Afeganistão; d) Fim do massacre do povo palestino pelos Estados Unidos; e) Expulsão do imperialismo do Oriente Médio.

As eleições no Rio Grande do Norte

No Estado do Rio Grande do Norte venceu a candidata do PSB, Wilma de Faria, dissidente da oligarquia Maia (mais apoiada por ela), que conseguiu reunir uma parte pequena da oligarquia Alves (o vice é desta família). No segundo turno, depois do apoio do PT, a candidata da oligarquia potiguares alcançou mais de 60%.

O candidato do governo, Fernando Freire (PPB), foi para o segundo turno devido a força da máquina estatal. Mesmo com a participação ativa de Garibaldi Alves (PMDB), eleito para o senado como o mais votado do Estado, Freire não conseguiu derrotar

Wilma.

O PT contraiu alianças com as oligarquias dominantes do Estado. Apoiou Wilma de Faria. Fátima Bezerra (PT), deputada federal mais votada, que disputou a prefeitura de Natal contra Wilma, e que a acusava de representante das oligarquias reacionárias e atrasadas, agora subiu no palanque para elegê-la. O Mineiro, presidente do PT local, foi o que entregou a carta de apoio a Wilma (PSB). Na Câmara de Vereadores, Mineiro se dizia oposição à prefeita Wilma. Chegou, inclusive, a entrar com um pedido de improbidade administrativa. Portanto, no Rio Gran-

de do Norte, o PT fez alianças locais com o PSB de Wilma e com o PFL dos Rosados, oligarquia mais atrasada e dominante na 2ª maior cidade do Estado.

Como se vê, o PT atuou para potencializar uma das frações da oligarquia estadual. Chamou os trabalhadores e os camponeses famintos a votar na candidata da oligarquia. Os votos brancos e nulos foram poucos. O que mostra o quanto as massas foram arrastadas pelas ilusões democráticas burguesas. O Partido Operário Revolucionário chamou o voto nulo programático e denunciou o servilismo do PT à oligarquia.

Balanço das eleições no Ceará

PT se adapta à estrutura oligárquica de poder

Desde o início da campanha, as alianças formadas no Estado se deram em torno de objetivos puramente regionais. O candidato do Cambéba, Lúcio Alcântara (PSDB-PPS-PV), representante mais fiel da oligarquia regional, teve a máquina do Estado funcionando a seu serviço, a todo vapor para garantir a eleição ainda no primeiro turno. Foi apoiado informalmente pelo PPS, que em nível nacional é adversário do PSDB. Isso porque a origem do PPS, no Ceará, se deu para acomodar o ex-governador Ciro Gomes, sem espaço no PSDB. Por isso, tem seus interesses locais idênticos ao do PSDB estadual.

O outro candidato da oligarquia, Sérgio Machado (PMDB-PFL), foi lançado pelo PMDB local, que sempre representou as frações mais atrasadas e oligárquicas do campo e apoiado pelo PFL. Com isso, chegou a ter mais tempo na TV, mas nunca conseguiu ameaçar o candidato de Tasso. O PMDB e PSDB são representantes de oligarquias rivais, embora unidos nacionalmente.

A frente trabalhista não teve existência no Estado. O PTB e PDT, aliados nacionais, não se entendem no Ceará e tiveram de lançar cada um sua própria candidatura. O PPS, por sua vez, passou longe de apoiar um dos dois.

O PL teve seus deputados pastores rompendo a aliança com o PT e decididos a apoiar Sérgio Machado. Em troca, parte da militância do PT passou a chamar o voto no senador Eudoro Santana

do PSB, ao invés de Gelson Ferraz, pastor da Igreja, candidato ao senado pela aliança PT/PL.

A grande surpresa eleitoral foi a do candidato do PT, José Ailton, que em todas as pesquisas aparecia empatado com Sérgio Machado e ambos distante do primeiro colocado, Lúcio Alcântara.

Durante todo o primeiro turno, o candidato do PT praticamente não fez qualquer crítica ao governo estadual de Tasso, a seu plano antipopular, ou ao seu candidato Lúcio. O objetivo do PT era costurar uma aliança com o PSDB cearense para um eventual 2º turno em favor de Lula.

Os resultados eleitorais levaram Lúcio Alcântara (49,7%) e José Ailton (28%) para o segundo turno. Em seguida, o PSB de Wellington Landim (ex-PSDB) e Pedro Albuquerque (PDT) confirmaram apoio ao candidato petista. O PTB, no Estado, que apoiou Lula para presidente, chamou o voto em Lúcio (PSDB).

A disputa foi apertada entre Lúcio e José Ailton. Venceu o candidato do governo Tasso, com uma margem pequena de votos. Em Fortaleza, Lúcio foi derrotado pelo PT. A grande votação de Ailton deveu-se aos votos de Lula. A população foi arrastada pela campanha de que Lula/Ailton era mudança. Lúcio era continuidade. E a continuidade significava desemprego, fome e miséria.

Essa trama eleitoral mostra como o PT vem se oligarquizando. Sua oposição à oligarquia, representada no PMDB,

PSDB, PTB, é formal, circunstancial e adaptada aos poderes constituídos do Estado. Eis por que não responde aos grandes problemas como o domínio latifundiário e a miséria dos camponeses e das massas urbanas. Ajusta-se à política federalista da oligarquia que mantém o Estado do Ceará no profundo atraso.

A submissão dos reformistas ao federalismo oligárquico e ao domínio latifundiário faz com que no plano eleitoral se coloque por fazer qualquer aliança. Tudo depende das divisões interburguesas causadas por interesses particulares da oligarquia. Isso explica a subserviência dos petistas à oligarquia Tasso (PSDB) e Juraci Magalhães (PMDB).

Está colocado o objetivo de desmascarar o reformismo e construir o partido operário revolucionário (POR). O combate à oligarquia cearense é parte da luta do proletariado pela derrubada geral da burguesia. Tarefas fundamentais como a de destruição do domínio latifundiário, fim da opressão sobre os camponeses, eliminação do analfabetismo e da miséria da maioria dependem da construção de um partido que trabalhe por organizar a luta direta das massas, a aliança operária e camponesa, a constituição de uma frente única antiimperialista e que desenvolva o programa da revolução proletária. De posse dessa estratégia, o POR se colocou pelo voto nulo programático e lutou pela independência política dos explorados frente à oligarquia e os capituladores petistas.

Rondônia

Operários, camponeses, estudantes e demais oprimidos devem continuar a luta contra a Alca e a Base de Alcântara

Os operários, camponeses e demais oprimidos disseram não à Alca, no plebiscito de setembro. Foram 10 milhões de votos. Dissemos que se tratava de um início de uma luta contra a implementação da Alca e da base militar norte-americana de Alcântara, Maranhão. O movimento não pode parar aí e nem se resumir à entrega dos resultados ao Congresso Nacional.

A imposição da Alca e da Base de Alcântara significa o aumento da ofensiva imperialista, particularmente dos Estados Unidos, sobre a América Latina. O avanço militarista norte-americano vem esmagando diversas nações do mundo. A recente guerra contra a pobre nação afegã, o crescente massacre de Israel/Estados Unidos contra os palestinos, o Plano Colômbia e a ameaça de invasão ao

Iraque são exemplos da ofensiva bélica dos Estados Unidos sobre as semicolônias.

A classe operária tem de assumir a luta antiimperialista. Porque somente o proletariado, como vanguarda revolucionária, unido aos demais oprimidos, poderá travar uma luta conseqüente contra o avanço imperialista sobre os países semicoloniais.

As eleições em Rondônia

No segundo turno, concorreram Ivo Cassol (PSDB) e José de Abreu Bianco (PFL-PL). Venceu o candidato do PSDB com 347.266 votos. Bianco, que pretendia a reeleição, ficou com 241.119 votos. O número de eleitores do Estado é de 882.545. Somando as abstenções (quem não foi votar - que atingiu 294.160), com votos brancos (10.495) e nulos (41.638) totalizaram 346.293. Portanto, 943 votos a menos do que conseguiu Ivo Cassol.

O governador eleito, poucos dias antes das eleições, disse na sede do sindicato dos trabalhadores da educação, respondendo uma sabatina de 5 pontos: 1) Sobre os 10 mil servidores demitidos por Bianco, falou que irá cumprir a decisão da Justiça; 2) Em relação à municipalização, afirmou que irá continuar o que vem sendo mantido pelo Estado; 3) No

que refere aos jovens, disse que irá capacitá-los para ingressar no trabalho; 4) Prometeu reativar o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (IPERON), junto com o sindicato e os servidores; 5) Por fim, o demagogo Cassol, falou que irá abrir os caixas do Estado e, que, aceitava Daniel Pereira (que fazia a campanha do Lula) no seu palanque eleitoral.

Daniel Pereira aproveitou a situação para declarar o voto em Cassol e Lula. A militância petista justificou que Daniel havia pedido afastamento do partido. Recai sobre Daniel denúncias de utilização indevida de dinheiro público, como deputado estadual petista.

Diante das candidaturas do PSDB e PFL, o PT tirou a posição de "neutralidade". Por detrás, havia militantes apoiando

do Cassol. Sempre com o mesmo argumento: o menos mal.

O PT em Rondônia

Nessas eleições, o PT apoiou o Acir Gurgacz (PDT). Um dos maiores empresários de transporte. O PL de José de Alencar, que estava coligado com o PT para a presidência, se juntou ao PFL de Bianco, em Rondônia. Como Gurgacz perdeu, o PT compareceu no segundo turno como "neutro". Na verdade, os filiados foram liberados para votar. Boa parte, foi para o PSDB de Cassol.

A aliança com grandes empresários e o apoio aos partidos da oligarquia fez do PT um partido da ordem burguesa. O que passou em Rondônia foi um retrato do que foi o PT em nível nacional.

Secundaristas

"Progressão continuada" = promoção automática

Durante todo o período eleitoral, o governador Geraldo Alckmin enfrentou críticas dos pais, alunos e professores quanto à chamada progressão continuada. Todo mundo vê que por detrás da progressão continuada está a promoção automática. Reclama-se que os alunos saem da escola com o diploma na mão sem saber nada.

A progressão continuada, criada em 1998, faz parte do conjunto de medidas adotadas pela reforma educacional imposta pelo Banco Mundial (BIRD) e aplicada por FHC/Covas/Alckmin. Tem como objetivo acabar com a repetência para reduzir as despesas do Estado. Não importa se o aluno aprendeu ou deixou de aprender. O que importa para o governo são duas coisas:

abEvitar a repetência porque um aluno custa ao Estado de São Paulo cerca de

R\$50,00/mês;

abGastar pouco com a educação para continuar pagando os juros da dívida externa e, com isso, atrair novos empréstimos dos organismos internacionais (FMI, BIRD).

Como se vê, a progressão continuada é uma das medidas do plano neoliberal, que tem como essência o corte de gastos nos serviços públicos (saúde, previdência e educação).

A grande inovação de Alckmin

Assim que soube dos resultados eleitorais, Alckmin reafirmou sua intenção de manter a vergonhosa "progressão continuada". Porém, para esconder o fato de que os alunos passam sem saber, o governador resolveu impor um exame todo o ano para todos os alunos (Saresp anual). Para os professores, que o pró-

prio Secretário da Educação Chalita diz que "não estão preparados para isso", Alckmin criará as "capacitações", para "treiná-los para a "progressão continuada".

O governo responsabiliza os alunos e professores pelo fracasso escolar e prepara mais punições: provão do saresp e capacitação. Como se isso eliminasse os graves problemas educacionais. As novas punições servirão para agravar a destruição do ensino público.

Estudantes e professores unidos para enfrentar a reforma educacional do governo

Os grêmios e todos os organismos estudantis devem se somar com os sindicatos dos trabalhadores da educação para enfrentar de conjunto as medidas neoliberais aplicadas na educação. Desde já,

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

organizar o movimento de resistência para combater nas ruas a reforma educacional que vem destruindo a escola pública. Desde já, levantamos nossas principais reivindicações:

1. Nenhum aluno fora da escola. Ab1. Nenhum aluno fora da escola. Abertura de todas as escolas e salas fechadas e criação de novas unidades;
2. Nenhum centavo do povo para pagar os banqueiros agiotes. Mais verbas para a educação e serviços públicos em geral;
3. Fim da rede privada de ensino e criação de um único sistema educacional, mantido pelo Estado e sob o controle dos trabalhadores e estudantes;
4. Fim dos vestibulinhos e vestibulares;
5. Melhoria das condições de ensino e de trabalho;
6. Reposição imediata das perdas salariais dos educadores. Fim do congelamento salarial de 8 anos e eliminação da farsa do bônus.
7. Nenhum estudante fora do trabalho (todo jovem deve ter garantidas 4 horas de trabalho e o restante na escola). Defesa da combinação trabalho/escola.
8. Defesa de uma escola vinculada à produção social, portanto de uma esco-

la onde verdadeiramente se aprende e se produz conhecimento.

Defender a aprendizagem

É preciso ter claro que o baixo nível de aprendizado é consequência de uma escola completamente desvinculada da produção social (do trabalho). Ela expressa a separação entre a teoria e a prática, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. O conhecimento ministrado nas escolas não comparece como necessidade prática e nem pode ser verificado na realidade, ou seja, na produção social. Professores e estudantes não estão inseridos numa relação de conhecimento prático e teórico, que traga problemas e exijam soluções.

Assim, a escola desvinculada da produção social não desenvolve as faculdades intelectuais e físicas. É sempre uma escola que exige que os alunos decorem as fórmulas, os "pontos" e transcrevam mecanicamente nas avaliações. Os professores comparecem como os donos do conhecimento (dos pontos e das fórmulas) e o cérebro dos alunos como recipientes que deverão ser preenchidos. Os mais "modernos métodos" da pedagogia acabam se reduzindo a aprendizagem decorativa. Aprender para essa

escola é decorar e responder decorativamente.

Há inúmeros outros fatores que agravam essa situação, como o aluno faminto, o desempregado, as péssimas condições de trabalho e ensino e o sucateamento das escolas pelo governo. Nessa escola, a avaliação não pode ser um instrumento próprio da aprendizagem. Ela não tem a função crítica e autocrítica. Não se constitui em um meio de verificação da assimilação coletiva e individual. A avaliação nessa escola é sempre punitiva, individualizadora, seletiva e concorrencial.

Não devemos cair na armadilha de que nessa escola não se aprende por causa dessa ou daquela forma de avaliação. A escola da sociedade capitalista não tem como objetivo a aprendizagem científica e a elevação cultural de toda a população. Cabe-nos denunciar a destruição da educação por parte do governo e defender uma nova escola, a escola vinculada à produção social. Partindo desse ponto, defender as condições de trabalho e ensino. Inclusive exigir o fim da intervenção do governo na escola e em todo o processo de ensino. A escola tem de estar sob o controle de quem estuda e ensina.

O assistencialismo do PT é burguês -

Fora a demagogia eleitoreira da inclusão social

A prefeitura petista conhece o mapa da miséria de SP. Como o PT é um partido aburguesado, que não combate os capitalistas exploradores, só pode alimentar junto aos trabalhadores falsas ilusões de reformas de inclusão. E o faz da mesma forma que qualquer outro partido burguês. Não tem nenhum escrúpulo em arrochar salários, cortar gastos e atacar uma parcela dos trabalhadores para sustentar seus "projetos assistencialistas". Divide descaradamente a classe oprimida nessa disputa por migalhas. Como aconteceu com a redução das verbas da educação para implantar os tais projetos.

Hoje é tão descarada a demagogia

do PT que se baseia nos dados reais da pobreza para fazer apologia das esmolas que tem oferecido. Assim fala: "que existem 3 milhões de chefes de família vivendo em SP, sendo que 589 mil recebem 1,5 salário mínimo e 311 mil nenhuma renda. E que os seus projetos assistenciais como o Renda Mínima, Bolsa Trabalho, Começar de Novo, Operação Trabalho já contemplaram 260.558 famílias. E que os kits escolares, uniformes e o leite contribuíram para uma sensível diminuição da evasão escolar, do índice de criminalidade e elevou o rendimento médio dessas famílias".

Alimenta, portanto, a idéia de que mais famílias poderão ser incluídas. Ora, todos sabem que a Operação

Trabalho não difere das frentes de Trabalho do PSDB. O contrato é temporário por alguns meses, sem direitos trabalhistas e o salário oferecido é o mínimo de R\$ 200,00. Os senhores da exploração não conseguem dar emprego a todos os trabalhadores e nem o salário mínimo vital. Por isso, precisam listar meticulosamente as esmolas oferecidas para usar nos programas eleitorais. As vagas só podem ser temporárias, pois cada uma precisa ser revezada por muitas pessoas, que futuramente farão parte do mapa de "inclusão" do PT.

Os trabalhadores precisam combater essa demagogia. É preciso lutar por emprego, salário e serviços públicos, saúde e educação.

Pontos para o programa estudantil

A Corrente Proletária Secundarista realizou sua plenária de novembro. Tem com objetivo organizar os estudantes contra toda forma de opressão da sociedade capitalista. Luta por uma escola vinculada à produção social, científica, laica e sem nenhuma interferência do Estado e dos governos. Nosso objetivo maior é alcançar uma sociedade socialista, sem exploradores e sem explorados, livre de toda forma de opressão do homem sobre o homem. Sabemos que é a classe operária que porá fim à exploração do trabalho e à opressão. Por isso, assumimos o programa da classe operária e denominamos nossa corrente de proletária. Isso por que levamos a política operária para as escolas. Nessa plenária discutimos o boletim da corrente e nossas campanhas. Na próxima, daremos continuidade da discussão sobre o programa estudantil. Publicamos abaixo os pontos para o debate.

8. A escola da sociedade capitalista não tem como objetivo a aprendizagem científica e a elevação cultural de toda população. O baixo nível de aprendizado é consequência de uma escola completamente desvinculada da produção social (do trabalho). Ela expressa a separação entre a teoria e a prática, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. O conhecimento ministrado nas escolas não comparece como necessidade prática e nem pode ser verificado na realidade, ou seja, na produção social. Professores e estudantes não estão inseridos numa relação de conhecimento prático e teórico, que traga problemas e exijam soluções. A escola desvinculada da produção social não desenvolve as faculdades intelectuais e físicas. É sempre uma escola que exige que os alunos decorem as fórmulas, os "pontos" e transcrevam mecanicamente nas avaliações. Os professores comparecem como os donos do conhecimento (dos pontos e das fórmulas) e o cérebro dos alunos como recipientes que deverão ser preenchidos. Os mais "modernos métodos" da pedagogia acabam se reduzindo a aprendizagem decorativa. Aprender para essa escola é decorar e responder decorativamente. Há inúmeros outros fatores que agravam essa situação, como o aluno faminto, o desempregado, as péssimas condições de trabalho e ensino e o sucateamento das escolas pelo governo.

9. A avaliação na escola capitalista não pode ser um instrumento próprio da aprendizagem. Ela não tem a função crítica e autocrítica. Não se constitui em um meio de verificação da assimilação coletiva e individual. A avaliação

nessa escola é sempre punitiva, individualizadora, seletiva e concorrencial. É falsa a afirmação de que nessa escola não se aprende por causa dessa ou daquela forma de avaliação. A avaliação punitiva é externa ao conhecimento. Funciona como instrumento de pressão para a aprendizagem mecânica e repetitiva. A intervenção do governo na escola chega ao ponto de determinar uma avaliação de fora para dentro, completamente alheia ao que se passa na sala de aula. A reforma educacional que vem sendo imposta no país tem como base as avaliações externas. As verbas e os salários estão submetidos ao desempenho dos alunos e professores, segundo os critérios da reforma destruidora da educação.

10. A escola é uma correia de transmissão dos interesses, ideologia e valores da classe burguesa. Está organizada como apêndice do Estado. Os governos, por meio dos organismos estatais - ministério, secretarias e diretorias de ensino -, impõem a política educacional. Esta corresponde à divisão de classe da sociedade, em que é preciso sustentar a opressão da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora. A educação ditada pelo Estado mantém a opressão de classe e incute o servilismo, passividade e obscurece o domínio burguês. A relação da escola com o Estado reproduz a divisão de classe da sociedade e expressa a ditadura de classe da burguesia. A ferrenha centralização estatal sobre as escolas é a condição para a classe burguesa, por meio de políticas governamentais, manter sob seu controle o ensino e assegurar a concretização da ideologia dominante. O currículo, o

conteúdo das disciplinas, o livro didático, as campanhas, as relações sociais que envolvem a educação, a proibição de grêmios livres, a proibição da livre expressão e organização nas escolas, tudo isso constituem a escola como instituição de uma classe, a classe capitalista.

11. A defesa da autonomia da escola frente ao Estado é uma reivindicação democrática. Questiona a centralização e controle da educação por parte da classe burguesa e de seu Estado. Coloca o funcionamento da escola nas mãos dos trabalhadores e estudantes. A única função do Estado é manter financeiramente as escolas para que possam ter condições de ensino e trabalho. A autonomia da escola implica eliminar todos os órgãos que exercem o controle e aplicam a política educacional e eleger diretamente os responsáveis pela educação. A revogabilidade de mandato será parte da democracia escolar. Conforme amplia a decomposição do capitalismo, mais a burguesia necessita eliminar e combater a autonomia das escolas. A escola do capitalismo é centralizadora e antidemocrática. Os governos ditos democráticos dizem respeitar a autonomia escolar, dando aos conselhos de escola poder de gestão. Mas, na verdade, não passa de uma caricatura de controle da educação pelos representantes de escola. São organismos burocráticos, limitados pelo poder dos diretores e da burocracia estatal. A autonomia das escolas é uma reivindicação que a burguesia não poderá cumprir. Será parte da luta pelo fim do controle das escolas pela minoria capitalista.

ONU premia FHC por melhorar o IDH - Índice Desenvolvimento Humano

Só os trabalhadores é que não perceberam isso

No dia do professor, FHC foi premiado pela ONU por melhorar o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

No último ranking divulgado pela ONU, em julho, o Brasil passou de 0,753 para 0,757, na comparação com o relatório anterior, e subiu de 75 para 73 lugar.

Os dados da ONU mostram por si só que não houve melhoria na vida dos trabalhadores. Ao contrário, reafirmou o alto grau de miséria da população.

Da ONU não podemos esperar outra coisa, afinal é um órgão que representa os interesses econômicos dos países im-

perialistas, que continuam sugando a riqueza dos mais atrasados do mundo todo.

O que a ONU não pode revelar é a causa desse fenômeno, ou seja, como explicar que o Brasil subiu dois pontos na escala da pobreza, tendo atingido o maior índice de desemprego nos últimos 20 anos? Como explicar que melhorou a taxa de mortalidade infantil se o salário mínimo continua matando de fome milhões de trabalhadores? Como explicar melhoria se a dívida interna aumentou, os salários foram arrojados e o país en-

contra-se à beira da bancarrota econômica?

Naturalmente a resposta está na falência econômica de outros países que desceram na escala da ONU, a exemplo da Argentina. São exemplos de países que aplicaram a política de ajuste econômico ditada pelos países imperialistas (G7) / FMI e cujas débeis economias já foram sucateadas.

Esse é o modelo de melhoria que satisfaz apenas o capital. Os trabalhadores se de fato querem melhoria de vida precisam eliminá-lo.

Fecham-se as portas da universidade para os filhos dos operários

Todos sabem que o acesso ao ensino no Brasil faz um cruzamento desigual. Enquanto os filhos dos operários estudam, quando muito, em escolas públicas nos níveis fundamental e médio, os filhos da burguesia estudam esses níveis em escolas particulares, com currículo melhor. Mas quando chegam ao nível superior, isso muda radicalmente, quase sempre os primeiros vão obrigatoriamente estudar em faculdades privadas e os outros matriculam-se nas universidades gratuitas.

Os ditames dos órgãos mundiais do imperialismo, como o FMI, parecem alicerçar-se nesse fato e traçam planos para piorá-lo. A Folha de SP publicou, no último dia 02.02, um artigo intitulado: "FMI sugere fim da universidade gratuita". Tal jornal coloca parte do teor do relatório elaborado por técnicos do FMI (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL) em que o alvo são as universidades gratuitas do Brasil. As argumentações sugeridas partem exatamente da idéia de que, no nível superior gratuito, encontram-se as pessoas de maior renda e, então, impõem que algum tipo de mensalidade deve ser cobrada. O artigo afirma ainda que o FMI investiga as deficiências de investimento na área social e que o bode expiatório são justamente recursos federais destinados ao ensino superior, inclusive se encon-

trou a culpa pela má distribuição de renda no país. Pois os gastos com cada aluno são 16 vezes maiores que com um estudante do ensino fundamental, e que o número de aluno por professor é muito menor que no superior. A entidade imperialista intima o governo a ser mais eficiente ao usar os recursos emprestados. Elogia o FUNDEF e diz que esse dispositivo ajudou a diminuir a diferença entre salários dos professores do fundamental, como a frequência de maior número de crianças nas escolas.

Enquanto isso, muitos reitores de universidades federais do país discutem essas ingerências do FMI. Por outro lado, isoladamente de uma discussão que poderia ser mais ampla e com uma bandeira nacional por uma escola gratuita e etc, todos os CA's da PUC SP insurgem num movimento pela redução das mensalidades dos alunos, denunciando que a política de cobrança da PUC é desigual, pois os aumentos têm como base o ano - alunos do primeiro ano pagam mais caro que do segundo, por exemplo; que a universidade não obrigue os estudantes a mudarem suas bolsas de restituível para os financiamentos de estudo via CEF (Fies). Nas assembleias estudantis, tiram como encaminhamentos invadir a reitoria e fazer passeatas sem-nus pelos corredores, caso o reitor

não os atenda.

Dizemos que o protesto é válido, mas a bandeira deve ser revista:

- Porque apenas a redução das mensalidades não resolverá o problema de centenas de alunos inadimplentes;

- A política de bolsas da universidade também não dá oportunidade a todos;

- A implantação do Fies é um abuso, colocam os estudantes nas mãos dos banqueiros e a universidade sai de cena, deixa de exercer sua função formadora;

- Todo estudante carente deve estudar gratuitamente, temos de lutar por nenhum aluno fora da escola;

- O controle das bolsas de estudo da universidade deve ser dos estudantes, professores e dos funcionários.

Mas a única saída real é um ensino público gratuito. Pois, já tivemos na PUC muitos movimentos pelo congelamento das mensalidades, mas ano após ano elas vêm aumentando. Mostrando o caráter empresarial da escola. Os estudantes não podem arcar com as crises da PUC.

Os estudantes devem levantar a bandeira da escola laica, pública com controle dos docentes, estudantes e funcionários.

O embelezamento e a defesa do capitalismo na academia

É impressionante pra uns e indigno para outros ver o papel que a academia se presta na defesa do sistema explorador, através de alguns de seus mestres. Transmitem e reforçam a despolitização e passividade entre o seu alunado.

Numa certa disciplina de economia do curso de História da PUC SP, ouvimos durante um semestre inteiro as aberrações e distorções de idéias dentro da sala de aula, da parte do professor. Que vai desde a apologia às idéias dominantes até insinuar que é possível trabalhar quatro capítulos de "O Capital" (Marx) em uma aula.

Numa aula, como representante das idéias burguesas, tentou convencer os alunos que um dia, dentro do capitalismo, haverá o que ele chama de "pleno emprego", baseado num certo economista burguês do início do século passado, John Keynes. Mostrou que a solução para o desemprego só poderia ser obtida por intervenção do Estado. Para isso, este deveria reduzir a taxa de lucros, es-

timular o consumo pela via da redistribuição da renda em benefício da classe menos favorecida.

Logicamente, essas saídas não fariam com que o Estado atingisse a autonomia da empresa privada. Em resumo, é isso que eles chamam de revolução keynesiana. Aplicada em parte (no que lhes interessava) pelo governo norte-americano para sair de sua crise de 1929 (na ocasião, o presidente Franklin Roosevelt). O FMI também segue esse economista.

Entendemos que o Estado é o principal mecanismo de defesa e sustentação da burguesia e, como tal, nunca irá empreender as ações sugeridas por Keynes (na sua totalidade). O nosso caro professor também sabe disso. Distribuição de renda pressupõe diminuir a fatia da mais-valia (excedente produzido pelos operários - trabalho não pago pelo burguês), fonte de vida do capitalismo, que por isso mesmo nunca irá abrir mão.

Esse professor foi questionado sobre

a impossibilidade do pleno emprego dentro do capitalismo. Mas recebeu tal intervenção como uma afronta às suas teorias, transmitidas a um público que, esperava, recebesse com passividade. Então reagiu com toda sua força de mestre autoritário contra o aluno. Pois, para ele, a sala de aula serve somente para espalhar suas imbecilidades patéticas.

Tal professor explicita o quanto de mau caráter ainda sobrevive na academia, juntamente com o autoritarismo indispensável a esses mestres que chegam na sala de aula vomitando suas teorias e outros que nem teoria têm (são meros repetidores de textos em sala de aula). Temos presenciado as deformações e revisões das idéias de Marx, Engels, Lênin, Trotsky. Numa tentativa acadêmica de calar as idéias que verdadeiramente pertencem à classe operária, na luta pela sua emancipação da exploração, produzida pelo sistema capitalista tão home-nageado, hoje, na academia.

Academia não só revisiona o marxismo, como o nega e marginaliza

O que temos presenciado ultimamente na academia em relação às deformações ao marxismo, na área de humanas na PUC SP é algo que deixaria o estalinismo no chinelo.

No último 19 de outubro, vimos para que servem os revisionistas acadêmicos do marxismo. Lênin já conhecia esse tipo de gente, que usa de sua posição de mestre para espalhar suas deformações ao marxismo:

"Um conhecido adágio diz que se os axiomas geométricos chocassem com os interesses dos homens, certamente se tentaria refutá-los. As teorias das ciências naturais que se opunham aos velhos preconceitos da teologia provocaram e continuam a provocar até hoje a mais furiosa luta. Não é de estranhar, portanto, que a doutrina de MARX, que serve diretamente para educar e

organizar a classe de vanguarda da sociedade moderna, que indica as tarefas dessa classe e demonstra a substituição inevitável - em virtude do desenvolvimento econômico - do atual regime por uma nova ordem de coisas, não é de estranhar que essa doutrina tenha tido de conquistar pela luta cada passo no caminho da vida (...)"

Lênin vai afirmar mais à frente que é inútil falar da ciência e da filosofia burguesas, pois são ensinadas burocraticamente pelos professores-revisionistas e deformadores do marxismo (intencionalmente) para promover uma ignorância política nas novas gerações de estudantes. Isto significa amestrá-los. O que a academia (e quase toda a educação) faz hoje conosco é um "AMESTRAMENTO" pedagógico,

para não distinguirmos quem é nosso inimigo real.

Estes revisionistas-deformadores chegam acusar MARX, em sala de aula, de ser genérico; que Marx não formulou um conceito sobre *classe* ou *consciência de classe*, baseando-se em leituras de anti-marxistas como Hobsbawm e Thompson. Esses "jovens" homens da ciência não querem nem ouvir falar de marxismo, declarando-o ultrapassado e destruído; fazendo carreira acadêmica refutando o COMUNISMO como os velhos decrépitos guardiões dos legados de toda espécie contra MARX.

Dizer que a classe operária está desnordeada, que está desorganizada e não explicar para seus alunos o porquê que esta classe operária está assim é desprezar o seu papel de mestre e homem da ciência, sob uma posição de esquerda como se acusa.

Manifesto da Corrente Proletária Estudantil ao ENEB (Encontro Nacional de Entidades de Base)

A crise capitalista e as cadeias que as potências pretendem reforçar

A conjuntura está marcada pelo aprofundamento da crise mundial capitalista. A maior e principal economia do planeta dá sinais de que a estagnação mundial se lhe impôs. O comércio mundial declina há dois anos e os investimentos produtivos caíram à metade nesse período. Grandes multinacionais tiveram revelados seus balanços fraudulentos, e a falência de gigantes como a Enron ilustra o tamanho da crise.

As potências capitalistas, que na última década sugeram os países atrasados às custas da aplicação do neoliberalismo, têm agora de aumentar o vampirismo: a imposição da Alca no continente é instrumento para isso.

A Alca é a imposição da continuidade da política neoliberal, da ampliação do intervencionismo econômico e militar dos Estados Unidos, do estrangulamento das economias atrasadas do continente, de ampliação da opressão nacional e social.

Os capitalistas falam em integração do continente americano. Desde os movimentos pela independência das colônias se tentou a integração latino-americana. Mas esta sempre fracassou sob o domínio do colonialismo e, em seguida, do imperialismo. O fracasso do Mercosul é o mais recente fiasco das burguesias latino-americanas, tendo à frente a do Brasil. Sob o capitalismo em desintegração, só podemos esperar disputas entre as nações, saques e guerras, portanto há somente anexação, com a submissão de uma nação por outra. Ao contrário, o programa socialista do proletariado para a integração da América Latina tem como a estratégia a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. É com ela que dizemos que a cooperação entre os povos no nosso continente e em todo o mundo depende da derrocada do capitalismo pela revolução socialista mundial, quando a integração entre as nações poderá se dar de forma espontânea e livre.

A classe operária, camponeses, de-

mais trabalhadores e juventude estudantil têm pela frente a tarefa de colocar em pé um movimento antiimperialista e anticapitalista contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Esse tratado não corresponde às necessidades econômicas e sociais da América Latina. Diz respeito única e exclusivamente às necessidades do capital internacional e, particularmente, da fração imperialista norte-americana.

Os governos e as burguesias de nosso continente estão com as portas abertas para a Alca. Os capitalistas daqui, que temem o futuro de seus negócios, são incapazes de resistir às pressões dos Estados Unidos e romper a subserviência histórica.

Para se barrar a estratégia econômica e militar das potências, é preciso um movimento massivo de frente única antiimperialista do proletariado unido à maioria oprimida. Não será a partir de um governo eleito ou pela via institucional e parlamentar que barraremos a implantação da Alca, e sim por meio da luta de massa.

O ENEB acontece diante da perspectiva de aumento da opressão nacional e social, movida pelas forças da crise capitalista. Os parasitas da humanidade pretendem impor a destruição dos serviços sociais públicos, dentre eles a educação, e ampliar o saque. A principal tarefa do encontro estudantil é formular uma campanha nacional de luta que responda a essa situação. A partir das reivindicações estudantis mais imediatas, impulsionar a organização e politização do movimento, de forma a ligá-lo com a luta contra a Alca e toda a opressão nacional e social. O movimento estudantil tem de ser parte da luta antiimperialista e anticapitalista. A construção da Frente Única Antiimperialista sob a direção da classe operária é objetivo a ser alcançado na trajetória de luta pelo socialismo, que só pode vir pela revolução social.

As tarefas do movimento estudantil diante da Alca

Setores do movimento apontam que é necessária a realização de um novo plebiscito contra a Alca, desta vez organiza-

do de forma oficial. Pretendem que o plebiscito dê sustentação política ao futuro governo Lula para que este não negocie a implantação da Alca nem aceite a entrega da base de Alcântara. Por essa via, dentro dos limites institucionais, não será suficiente para barrar a implantação da Alca. O meio para fazê-lo é a luta nacional de massa. Trata-se de se apoiar nas reivindicações dos explorados, impulsionando suas mobilizações e projetando-as na luta antiimperialista.

A luta contra a Alca não pode ser vista ou trabalhada separadamente das outras reivindicações antiimperialistas do país. O movimento estudantil deve se colocar pelo conjunto das reivindicações antiimperialistas, que vão desde o não pagamento da dívida externa e ruptura dos acordos com o imperialismo e seus organismos (FMI etc) até o combate à chamada flexibilização (na verdade destruição) dos direitos trabalhistas.

Uma posição antiimperialista consequente passa também pelo combate ao intervencionismo econômico e militar imperialista em todo o mundo. Hoje, concretamente, é preciso se colocar contra a ofensiva bélica que preparam os Estados Unidos contra o Iraque. Os EUA manipulam a ONU, aprovando resoluções impositivas de desarmamento ao Iraque, a fim de criar o pretexto para a ofensiva militar. É preciso denunciar e condenar as resoluções da ONU como instrumentos em favor da guerra que os EUA pretendem levar a cabo.

Que o ENEB se coloque por:

1. Fora com a Alca, não à entrega da base de Alcântara; pelo não pagamento da dívida externa; ruptura dos acordos com o imperialismo; pela frente única antiimperialista. Combater a Alca nas ruas, com greves e manifestações. Unidade das nações latinoamericanas sem opressão: Estados Unidos Socialistas da América Latina.

2. Abaixo a política neoliberal imposta pelo FMI: não à destruição dos direitos trabalhistas pela chamada "flexibilização". Defesa dos serviços sociais públicos (saúde, educação, previdência). Não às privatizações e

reestatização das privatizadas sob controle operário. Impostos somente para os capitalistas, nenhum imposto para os assalariados.

3. Contra a guerra imperialista. Pelo direito à autodeterminação dos povos. Contra as resoluções de desarmamento do Iraque aprovadas pela ONU.

As cadeias que prendem o governo Lula

O governo Lula tem sido apontado pelas correntes de esquerda como expressão da vontade popular no sentido de uma ruptura com o modelo neoliberal aplicado pelo governo FHC. As expectativas das massas são reforçadas pelas colocações dessas correntes, e levarão inevitavelmente à frustração.

As eleições de 2002 arrastaram as massas a buscarem a solução de seus problemas pela via do voto. O descontentamento popular com as consequências da política econômica de FHC foi canalizado para a candidatura Lula, ajudado por uma forte pressão do poder econômico.

A vitória de Lula se dá quando se quebra a unidade da burguesia que elegeu e reelegeu FHC. Os partidos burgueses se dividiram ao redor das candidaturas, e setores do poder econômico se alinharam por trás da candidatura Lula. Os compromissos firmados por Lula foram materializados na aliança com o PL, no apoio dado por caciques burgueses (como ACM, Itamar Franco, Sarney, Maluf, Quéricia) setores das Igrejas católica e evangélica, e no comprometimento com as diretrizes impostas pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.). Essas cadeias que amarraram Lula permitiram que setores capitalistas o apoiassem e sustentassem economicamente uma campanha publicitária milionária. É a soma do poder econômico com o descontentamento popular que explica a vitória lulista.

Nas eleições para governador, o maior vencedor foi o PSDB, que teve 7 eleitos e os principais estados. O PMDB teve 5, todos em estados importantes. O PT teve apenas 3, em pequenos estados, e perdeu os governos do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. No Senado, o domínio será dos partidos que apoiaram FHC. Na Câmara, o PT tem a maior bancada, mas que corresponde a apenas um

quinto do plenário. Tudo isso mostra como o poder econômico dominou as eleições e elegeu um Lula comprometido até a medula com o neoliberalismo.

O governo Lula terá de responder aos compromissos firmados e assim será instrumento para descarregar a crise sobre as massas. O conteúdo de sua política de pacto social é justamente essa: "nada de greves, apertem os cintos, vamos primeiro fazer crescer a economia (aumentar os lucros dos capitalistas) para depois pensarmos nos salários". Diante da crise capitalista, que exige uma ofensiva contra as massas, o governo Lula trairá as aspirações dos explorados que o elegeram, e terá de pôr em prática os compromissos firmados com o poder econômico e o imperialismo. Aliás, já começou a fazê-lo, ao renegar o salário mínimo prometido (que já era miserável) e ao se negar a repor as perdas do funcionalismo público, com salários arrojados há oito anos.

As tremendas ilusões criadas ao redor da vitória de Lula são como que cadeias que prendem o movimento estudantil. Quando esse movimento agir em defesa das reivindicações, terá de romper com essas cadeias para defender o ensino público e gratuito contra a política de sucateamento e privatização, ditada pelo FMI e à qual Lula se comprometeu.

As tarefas do movimento estudantil diante do governo Lula

O elemento central da política do futuro governo Lula é o chamado pacto social. Pacto social é um acordo que:

1. leva os trabalhadores e seus sindicatos a aceitarem a perda de direitos e arrocho salarial, a não fazerem greves e outros movimentos;

2. leva os sem-terra e o MST a abrirem mão das ocupações de terra, em troca de promessas de reforma agrária pacífica;

3. leva os estudantes e trabalhadores da educação e suas organizações a aceitarem o sucateamento do ensino público e altas mensalidades no ensino pago, na espera de um aumento futuro de investimentos públicos, que dependeria de um crescimento econômico.

Em outras palavras, o lema do pacto social é "apertem os cintos", até que con-

sigamos fazer crescer a economia; depois então veremos como "repartir o bolo".

O movimento estudantil tem de se colocar claramente contra o pacto social. As organizações estudantis (UNE, DCEs, CAs, executivas de curso) não devem apoiar o futuro governo Lula, que é um governo burguês, apoiado em frações do poder econômico e instrumento delas. Nem os sindicatos e a CUT, ou o MST. Todas elas devem estar fora das negociações ao redor do pacto social. Seu papel é o de impulsionar as lutas pelas reivindicações das massas, exigir do governo Lula o seu atendimento.

Que o ENEB se coloque por:

1. Nenhum apoio do ME e suas organizações ao governo Lula.

2. Contra o pacto social. Contra a participação nas negociações do pacto. Organizações sindicais, populares e estudantis fora do pacto.

3. Exigência ao governo Lula de atendimento das reivindicações das massas. Que se posicione contra a guerra imperialista dos EUA contra o Iraque. Que condene as resoluções da ONU contra o Iraque. Que rompa com todos os acordos com o imperialismo. Que não pague a dívida externa. Que não faça a reforma trabalhista. Que reajuste os salários do funcionalismo. Que entregue as terras ocupadas aos sem-terra. Que acabe com as privatizações e reestatize as privatizadas entregando seu controle aos trabalhadores.

As cadeias que prendem os estudantes e bloqueiam suas lutas

O ENEB foi chamado como resposta ao burocratismo da direção majoritária da UNE (UJS - PCdoB), que rejeita cada vez mais a participação das bases na definição dos rumos da nossa entidade. Reunirá representantes dos centros acadêmicos, DCEs e executivas de cursos de todo o país. É convocado pelas correntes de oposição, minoritárias na direção da UNE.

Um encontro de base pode cumprir um papel progressivo na situação de servir para impulsionar a mobilização estudantil pelas reivindicações, e organizar a unidade nacional dos estudantes contra a política de sucateamento e privatiza-

ção do ensino público e de favorecimento dos proprietários das escolas privadas. Papel que a atual direção majoritária da UNE se recusa a cumprir.

O ENEB tem de romper com essa política. Mas qual é a política das correntes que convocam o encontro? A esquerda do PT, com suas diferenças com o PCdoB, fundamenta sua política para este encontro no enaltecimento e no compromisso político com o futuro governo Lula. Ou seja, trata-se de um setor que não se coloca pela independência política dos estudantes diante do governo. O movimento estudantil tem de construir uma nova direção, assentada na política proletária: fundamentada na mobilização independente pelas reivindicações.

UNE e o ENEB

As mobilizações estudantis do último período (greve das Estaduais, das Federais, e a Greve estudantil da FFLCH/USP) mostram que os estudantes, nacionalmente, estão dispostos a agir em defesa de suas reivindicações. Mas essas lutas têm acontecido de forma fragmentada, isoladas, divididas e sem um perspectiva de unificação.

O motivo está na política das direções majoritárias do movimento. A burocracia que dirige a UNE (UJS/PCdoB) não coloca como tarefa a unificação das lutas que têm ocorrido. Assim, a UNE tem sido utilizada por sua direção para manipular os estudantes em favor de uma política eleitoreira, reformista que tem como consequência o afastamento dos estudantes de base das decisões da entidade.

A recusa, por parte desta mesma diretoria, de convocar um CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base) criou as condições para que o Fórum Nacional de Executivas e Federações de Curso o fizesse. A realização do ENEB, embora sem o caráter deliberativo de um CONEB, expressa a necessidade do movimento estudantil em unificar suas lutas e em construir novas direções.

No entanto, ainda que expressão desta necessidade, o ENEB não deve servir somente para "refletir" o movimento estudantil, desvinculando-se de um plano de lutas e da defesa das reivindicações imediatas e democráticas dos estudantes. A democracia estudantil que pode

caracterizar este Encontro só se efetivará se estiver ancorada numa política contraposta àquela que é aplicada pela direção da UNE em seus Congressos burocratizados. Pois a burocratização da UNE corresponde à política adotada por sua direção, que não se apóia na mobilização permanente e sistemática dos estudantes, mas nas pressões parlamentares, nas campanhas eleitorais, nas negociações de cúpula, etc., isto é, no eleitoralismo e no reformismo. É preciso acabar com essa tradição de paralisia das organizações estudantis.

Este encontro não deve, assim, reproduzir o caráter despolitizado de alguns encontros de área, nos quais a discussão política é substituída por turismo e festas, bem como não deve reproduzir o caráter burocratizado dos congressos da UNE.

A resposta das correntes à crise na educação

A crise na educação é expressão da crise capitalista. As correntes de esquerda respondem a essa situação com propostas que não rompem com o controle da burguesia sobre a educação:

a) Não lutam pelo ensino público e gratuito para todos. Defendem medidas paliativas e que dividem os estudantes, como a mera ampliação de vagas na rede pública, as cotas, e negam a luta pelo fim do vestibular. Não combatem o ensino pago, não lutam pela estatização sob controle da comunidade.

b) Não lutam pela derrubada da burocracia universitária, marionete da burguesia na universidade. Limitam-se a pedir a ampliação da participação dos estudantes nos colegiados (paridade).

c) Não unem as lutas de estudantes de escolas públicas e particulares.

d) Não defendem a unidade dos estudantes com a classe operária.

e) Não defendem a luta antiimperialista.

Consequências dessas políticas conciliadoras podemos ver nos importantes e recentes movimentos grevistas na educação e de estudantes.

A necessidade concreta colocada é a de construção de uma nova direção, assentada num programa que responda às reivindicações e expresse a política revolucionária no movimento estudantil.

Que o ENEB se coloque por:

1. Defesa do ensino público e gratuito para todos: laico, único e vinculado à produção social.

2. Para garantir vagas para todos, fim do ensino privado – estatização da rede particular de ensino sob controle da comunidade universitária (estudantes, professores e funcionários). Fim dos vestibulares. Não ao estabelecimento de cotas, que preservam a exclusão: vagas para todos é a nossa bandeira.

3. Combate sem tréguas à política de sucateamento e privatização do ensino público. Pelo fim das fundações na universidade. Nenhum curso pago, nenhuma taxa. Assistência estudantil (moradia, alimentação, transporte, saúde etc.) gratuita para todos. Ampliação das verbas para a educação, de acordo com as necessidades determinadas pela comunidade universitária. Autonomia universitária.

4. Unidade da luta de estudantes das escolas particulares e públicas. Impulsionar as mobilizações contra os aumentos de mensalidades e anistia para os inadimplentes, rumo à estatização sob controle da comunidade.

5. Democratização e autonomia da universidade: derrubada da burocracia universitária, instrumento dos capitalistas no interior da universidade. Soberania das assembleias universitárias. Instalação de um governo tripartite na universidade subordinado à assembleia universitária. Contra as propostas de conciliação com a burocracia, como a de ampliação da participação estudantil nos colegiados da burocracia (paridade).

6. Combate às reformas educacionais neoliberais, e ao conjunto das reformas antinacionais e antipopulares, tanto aquelas aplicadas pelo governo FHC quanto as que o futuro governo aplique.

7. Apoio às lutas dos trabalhadores, sem-terra e populares. Unidade do movimento estudantil com os movimentos operário, camponês e popular.

8. Não ao apoio da UNE ao governo Lula.

9. Apoio às lutas de massas em outros países, destacando aquelas em marcha na América Latina. Contra o intervencionismo econômico e militar das potências em todo o mundo.

10. Pela destruição do capitalismo e toda forma de opressão nacional e social. Pelo socialismo e pela revolução social.

Movimento operário

Terceirização é a porta para a demissão

Por que os patrões da Volks querem terceirizar 2000 postos de trabalho?

Resposta: 1) Com a terceirização, a Volks se livra da responsabilidade da demissão;

2) A empresa que presta serviço de terceirização tem total liberdade de demitir;

3) O operário terceirizado perde o vínculo do contrato por tempo indeterminado. Torna-se um trabalhador temporário.

4) O operário terceirizado passa a receber um salário menor;

5) O operário terceirizado perde os direitos trabalhistas.

Companheiros, a terceirização é uma violência contra o nosso mais elementar direito ao trabalho. A Volks quer usar esse meio para completar seu projeto de demissão de 3000 metalúrgicos.

Mais uma vez a Volks nos coloca a força

Ainda temos fresco na memória a ameaça de novembro de 2001 de demissão de 3000 companheiros. O argumento era o de que a empresa tinha reestruturar para fazer novos investimentos e, assim, manter a liderança no mercado. Com o facão na mão, a Volks impôs o acordo maldito, demitindo 700, rebaixando em 15% os salários, manobrando com a jornada de trabalho, usando o contrato temporário e o salário diferenciado.

Agora, novembro de 2002, a multinacional volta com a mesma conversa. Diz que precisa terceirizar para vir novos investimentos. Na verdade, está preparando a destruição de cerca de 2000 postos de trabalho. Se somarmos as 700 demissões, do início do ano, e as 2000 terceirização, teremos as 3000 demissões pretendidas no ano passado.

Onde está a estabilidade de 5 anos?

A contragosto a maioria votou pelo acordo maldito, seguindo o argumento

da direção do sindicato de que era melhor aceitar as 700 demissões e ter garantia de 5 anos de trabalho para os demais. Em vez de perder 3000 postos de trabalho só perderíamos 700. Caímos na armadilha sem fazer nenhuma luta contra essa loucura capitalista de destruir 3000 empregos de pais de família.

Nem bem passou um ano, a Volks volta com o mesmo plano de demissão e rebaixamento salarial. Mas de que maneira? Usando o instrumento da terceirização. Depois de implantada, a empresa prestadora de serviço pode fazer o que quiser com nosso emprego e salário.

A terceirização é uma manobra temporária para esconder o objetivo do plano de destruição de 3000 postos de trabalho.

Nossa Classe foi contra o acordo maldito

No ano passado, o Nossa Classe foi contra a posição da direção do sindicato que convenceu a maioria de que o acordo trazia a estabilidade de 5 anos. Dissemos que era preciso defender o emprego, custe o que custar. **Foram nossos argumentos:** 1) Que a destruição de postos de trabalho aumenta o bárbaro desemprego no país; 2) Que as demissões na Volks eram parte das milhares de demissões ocorridas nas inúmeras fábricas; 3) Que a Volks não iria parar nessas 700 demissões; 4) Que o tal investimento e modernização são conversas de capitalistas para demitir e reduzir salário; 5) Que o acordo não garantia os 5 anos de estabilidade; 6) Que era preciso defender o emprego com a bandeira de redução da jornada sem reduzir os salários (aplicar a escala móvel das horas de trabalho); 7) Que o sindicato deveria fazer uma campanha geral contra o desemprego e não isolar o problema das demissões por fábrica.

Que a direção do sindicato garanta os 5 anos de estabilidade

A direção do sindicato convenceu a

maioria de que o acordo garantia os 5 anos de estabilidade. Então, que agora se coloque totalmente contra a terceirização e garanta a votação da assembléia dos 5 anos de estabilidade. Não vamos aceitar o jogo de contas, que tira um pouco daqui e aumenta pouquinho dali e, por fim, se aceita a terceirização. Devemos ser claros: **a terceirização é a porta para as demissões. Estamos diante do mesmo objetivo da destruição de 3 mil postos de trabalho.**

Organizar o movimento de resistência à terceirização e demissões

Nossa resposta: 1) Que não haja nenhuma demissão e nenhuma terceirização;

2) Reduzir a jornada sem reduzir o salário, para que haja emprego a todos;

3) Fim da terceirização já implantada e contratação de todos por tempo indeterminado;

4) Que não se faça nenhum acordo por ala;

5) Que assembleias por ala preparem a assembleia geral contra a terceirização;

6) Que organizemos a greve contra o plano da Volks;

7) Que nosso sindicato lance uma campanha a todos as fábricas contra o desemprego, a terceirização, a destruição de direitos trabalhista e contra todos os acordos malditos;

8) Que nosso sindicato convoque uma assembleia geral de todos os metalúrgicos para fazer um movimento unitário e constituir um comitê de empregados e desempregados de toda a região do ABC, com objetivo de defender a escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada sem redução do salário), a ser aplicada em todas as fábricas.

Nenhuma terceirização, nenhuma demissão

O emprego é a única fonte de existência da classe operária

Se os capitalistas não garantem essa fonte de existência, lutamos pelo controle operário da produção

Reproduzimos abaixo o Boletim Informativo do Comitê de Luta por Emprego, Educação e Saúde (Nº 5 - Outubro 2002)

Durante o mês de outubro, o Comitê de Luta do Jardim Santo André, Jardim São Francisco, Parque das Flores esteve reunido com a subprefeitura para exigirmos saúde e educação, dois temas de extrema importância para o nosso movimento.

Com relação à Educação, em 8/10, estivemos reunidos na subprefeitura de São Mateus, com o então subprefeito senhor Franco e membros representantes do setor de educação de nossa região, Pedro e Emerson apresentaram que, de 5.000 crianças, apenas 2.400 serão atendidas em creches.

Para atender essa demanda, segundo os representantes da educação, seria necessária a construção de mais ou menos 30 creches.

Com relação às escolas de educação infantil, as EMEI's, a situação não é diferente: só este ano, 60 crianças foram estudar na Fazenda da Juta por falta de escola.

Por último, a situação se agrava no Ensino fundamental, serão 10 turmas de 1º ano sem salas de aulas para o ano de 2003, e, até agora, os governos Estadual e Municipal não encontraram uma solução.

Em suma, os representantes da educação não apresentaram nenhuma proposta: apenas desculpas, e de que eles não têm nenhum projeto e intenção de

investir verbas.

Com relação à saúde, o Comitê de Luta esteve reunido com o subprefeito e a representante do distrito de Saúde da região São Mateus Isa, e estes, diante da reivindicação de ampliação do Posto de Saúde, construção de mais postos, deram a mesma desculpa de falta de verbas, mas a pressão do Comitê obrigou a representante do Distrito a se comprometer com a contratação de 3 médicos (1 clínico geral, 1 pediatra e 1 ginecologista), e a possibilidade de aumentar o atendimento do posto até às 19:00 horas. Lembramos ainda que o Posto do Rio Claro (Pro-Morar) atenderá os moradores de fora da área do PSF (Programa de Saúde da Família). Tudo isso são medidas paliativas, mas que só surgiram a partir da pressão do Comitê de Luta, através dos debates e organização da comunidade, que conseguiu pressionar a suprefeitura a mostrar que o dinheiro para os trabalhadores só vem com muita pressão, mas que se a comunidade não se organizar e não lutar, o dinheiro irá com certeza para pagar as dívidas com as empreiteiras, e assumir os compromissos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para dizer que não tem verbas, para ampliação do posto do Jardim Santo André e a construção de um posto no Parque das Flores e a montagem de um

posto na 3ª Divisão, os representantes da Prefeitura disseram que não podem fazê-lo por que as verbas do Orçamento Participativo foram diminuídas, e as reivindicações que foram deliberadas nas plenárias do Orçamento Participativo não serão cumpridas.

Nós do Comitê de Luta por Emprego, Educação e Saúde entendemos que não devemos atrelar nossas reivindicações ao orçamento participativo, pois a Prefeitura mostrou na prática que a sua política é de fazer demagogia, de que é democrática quando "faz" discussões, busca nos enganar com isso para não lutarmos com as nossas próprias forças.

Por isso não devemos submeter nossas reivindicações às discussões impostas pelos governantes, que procuram economizar dinheiro dos impostos para pagar os compromissos com os banqueiros, empreiteiras etc.

Por outro lado, somente a organização e pressão dos moradores pode obrigar os governantes a atender as nossas necessidades.

A comunidade tem de exigir das associações a participação no Comitê para unificarmos as lutas com as mobilizações de ruas para arrancarmos nossas reivindicações.

E a participação dos sindicatos, para que incluam em suas pautas de reivindicação e unifiquem o movimento.

 **Polêmica**

LBI é desautorizada a difamar o POR

No último Massas publicamos uma carta do POR ao Coletivo Comunista Revolucionário (CCR) que diz: "Surpreendeu-nos a divulgação, pela LBI, de uma carta de vocês pedindo a esse grupo que esclarecesse sobre a acusação de que somos delatores e sobre nossa acusação a eles de que são difamadores do POR". Nossa carta conclui: "Estamos escrevendo essa carta ao Coletivo na esperança de que desautorizem publicamente a vil conduta da LBI".

O CCR fez a resposta com 8 pontos, em parte nos criticando pela maneira como cobramos desse agrupamento um posicionamento. Independente de nossas discordâncias quanto o que foi dito

pelos militantes em torno do problema, o fundamental é que a LBI foi desautorizada a continuar sua difamação.

Eis os termos da resposta do CCR: "6. Mediante a panfletagem da LBI no dia 11/10/2002, no Palácio, esclarecemos que não nos integramos àquela ação, e que discordamos da transformação de tal situação em campanha estéril de uma organização contra a outra. Deixamos claro que o pedido de esclarecimento por parte do CCR referia-se ao fato ocorrido no movimento estudantil no Ceará (acusação de delação) e não referia as demais polêmicas gerais entre as duas organizações. Muito menos tratava-se de campanha a

ser feita em cima de tais polêmicas. 7. A atitude da LBI de panfletar e reativar a polêmica com o POR diz respeito a esta corrente, sendo de responsabilidade da mesma. Não temos obrigação de responder por suas atitudes. 8. Reafirmamos: o CCR nunca acusou o fez qualquer difamação contra uma corrente e não existe sequer uma linha escrita difamando o POR e seus militantes".

Essa declaração a tomamos como uma condenação do CCR à LBI por não apresentar nenhuma prova de suas acusações. E uma desautorização do CCR à LBI de usar seu nome para continuar sua campanha difamadora.

O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no jornal "Massas" nº 260.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da Ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a Seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques, se contrapondo à tentativa de organização dos foquistas do período.

Questões de Organização I - Partido e Militante O Militante (II)

Quando o partido coloca a necessidade de penetrar no seio das massas, surge com toda nitidez o conceito bolchevique da militância.

O primeiro problema que se coloca na prática é o de como controlar a atividade dos que se consideram militantes do Partido e que participam dos sindicatos e em outras organizações de massa. O Partido, além de controlar, tem de orientar politicamente seus militantes e supervisionar sua vida pública e privada.

Quando se trabalha nos sindicatos e nas organizações de massas, a vida privada dos militantes adquire significação política, pois qualquer deslize em sua conduta pode ocasionar sérios prejuízos no trabalho partidário. Este controle seria impossível se o militante não trabalhasse numa célula, onde se planifica o trabalho diário, onde se educa o militante e que submete todos seus membros a uma poderosa autocrítica a todo trabalho realizado. O Partido só pode responder por aqueles que se encontram sob seu controle e direção e isto só pode acontecer por meio da célula. Para o bolchevismo é inconcebível um militante fora da célula e é aqui que o limite entre a militância e os simpatizantes fica fixado com toda a nitidez. O Partido acaba na célula de militantes. Sem células seria impossível a atividade partidária e muito menos a direção e o controle da militância, já que não se pode chegar ao extremo de colocar um vigilante atrás de cada porista. O Partido organiza também os simpatizantes para educá-los e orientá-los para que se transformem em

militantes.

As dificuldades se agravam quando o núcleo mais valioso dos quadros partidários tenha sido recrutado no seio da pequena burguesia. O afrouxamento da atividade celular dá rédeas soltas às tendências individualistas e às vinculações sociais e econômicas destes militantes com as classes não proletárias se fortalecem ao invés de se romperem. O Partido não vive nas nuvens, mas no meio da luta de classes, o aumento da influência de forças estranhas e antagônicas cria o clima favorável para o florescimento do oportunismo e do revisionismo.

Existe uma tendência acentuada, inclusive entre os camaradas operários, a considerar a vida privada como se fosse de única responsabilidade do militante e totalmente estranha ao partido. Esta concepção errônea põe em evidência uma educação revolucionária deficiente. Da mesma forma que o militante deve se entregar 24 horas de sua existência à causa, da mesma forma entrega todas as suas manifestações, incluindo sua vida privada. O Partido tem o direito de controlar todos os passos que dê o militante e a discutir sobre sua conduta considerada como estritamente pessoal. Não se pode permitir que um erro na vida do militante (como por exemplo, o extremo de questões passionais) comprometa todo o trabalho

partidário. A vigilância sobre todas as facetas da vida se faz mais imperiosa quando se trata de quadros valiosos ou de grande importância política. Isto não significa que o militante não possa ter uma vida privada ou amorosa, o que significaria que teria deixado de ser humano, mas esta vida privada deve estar subordinada e harmonizada com a atividade política, ou seja, partidária. É indiscutível que o militante tenha que viver sua vida, mas tem que fazê-lo de acordo com seus princípios.

Adquira com o distribuidor deste jornal

Crítica do POR às correntes



**LBI:
uma trajetória
de difamação e
calúnia contra
o POR**

Partido Operário Revolucionário

Encontro Operário

Estamos realizando mais um encontro operário. Daremos continuidade à discussão de nosso programa. A elevação política dos operários é o que permite sua transformação de classe em si (instintivamente revolucionária) para classe para si. Assimilamos (teórico e prática) a colocação de Marx e Engels que diz: "O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos revolucionários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado" (Manifesto Comunista). Publicamos abaixo a continuidade do estudo do programa.

13. A derrubada da ditadura de classe da burguesia dará lugar à constituição da ditadura de classe do proletariado. A estratégia do proletariado de destruição do poder econômico, político e militar da classe capitalista o conduz à ditadura revolucionária da maioria oprimida contra a minoria opressora. Só assim o proletariado se emancipará como classe dominada e se transformará em classe dominante. Para expropriar o grande capital e implantar a propriedade coletiva dos meios de produção, o proletariado está obrigado a recorrer à luta de classe, que assume variadas formas e intensidades conforme a situação. A burguesia se utiliza constantemente das mais distintas formas de violência reacionária para combater a insubordinação e o levante da classe operária e demais explorados. Em contraposição, o proletariado se vê na contingência de utilizar a violência revolucionária contra a opressão de classe. As contradições econômicas e sociais tendem a levar a luta de classe à guerra civil. Os constantes embates em que o proletariado recorre à ação direta, com movimentos grevistas, ocupações, bloqueios e manifestações de massa, obriga a burguesia a expor a sua forma de dominação, que é a da ditadura da minoria contra a maioria. A sustentação da exploração do trabalho e dos fundamentos econômicos do capitalismo é assegurada, em última instância, pela violência policial, militar e judicial. A burguesia precisa sufocar diariamente o instinto de revolta dos oprimidos. Precisa golpear cada tentativa das massas que subverta a ordem do capital. Constantemente, precisa impor derrotas às mais elementares lutas por reivindicações econômicas. Não pode permitir que estas se generalizassem e se tornem em luta política contra o governo e o Estado. A situação comum de opressão sobre a maioria faz com que os movimentos parciais tendam a se generalizar e a constituir a unidade da maioria oprimida contra a minoria opressora. Essa tendência transforma a correlação de força entre as classes e permite ao proletariado se co-

locar à frente da insurreição popular. As experiências, nesse sentido, demonstram que o estágio insurrecional da luta de classe coloca a guerra civil e com ela a necessidade do armamento geral da população. A burguesia exerce a mais ferrenha ditadura de classe para que o proletariado não se potencialize para a insurreição e não se eleve à condição de classe dominante. As crises do capitalismo, os choques interburgueses e os brutais ataques à vida das massas criam as condições objetivas para o proletariado usar sua força coletiva e gestar organismos de base, que expressam o poder dos explorados. As experiências, também nesse caso, comprovam que a luta de classes ao alcançar um patamar mais elevado de revolta da maioria e de desintegração dos aparatos estatais lançam o proletariado a se organizar em organismo de poder próprio. Estabelece-se um poder revolucionário do proletariado contra o poder contra-revolucionário da burguesia. Constitui o embrião da ditadura do proletariado. A organização do proletariado em organismos nascidos do choque de classes permite-lhe desintegrar o Estado burguês e elevar-se como classe dirigente das transformações revolucionárias.

14. A forma de governo que exercerá o domínio da maioria contra a reação capitalista é do governo operário e camponês. É por meio dele que se materializará a ditadura do proletariado. O governo operário e camponês exercerá o domínio do proletariado. Trata-se de um governo que expressa uma aliança de classe forjada na luta contra a ditadura da burguesia e voltada para a tomada do poder. No Brasil, o capitalismo semicolonial conserva milhões de camponeses sob brutal opressão. As contradições entre o grande capital que encarna a oligarquia latifundiária e as massas camponesas que encarnam a pequena propriedade levam a violenta luta de classe no campo. A luta de classes no campo e na cidade coloca objetivamente a necessidade da aliança de classe contra a

opressão da classe capitalista. A unidade entre a cidade e campo é a condição para que as forças sociais oprimidas pelo capitalismo possam resistir à exploração, arrancar conquistas e derrotar definitivamente a classe burguesa por meio da revolução. O proletariado tem de conquistar as camadas mais oprimidas e revolucionárias do campesinato, na luta diária, para a constituição de organismos de poder que respondam às tarefas da maioria explorada. A expulsão de boa parcela das terras agudiza o conflito dos camponeses contra a burguesia latifundiária e o Estado. Os sem-terra se vêem na contingência de se aglutinar, organizarem-se em movimento coletivo e recorrerem ao método da ação direta. Essa experiência prepara as condições para a aliança operária e camponesa. As camadas camponesas dispersas em pequenas propriedades e conservadoras estão fustigadas pela pobreza e ameaçadas de expulsão. A aliança entre o proletariado e as massas de sem-terra permite incentivar a resistência das camadas oprimidas mais conservadoras e estender para todo o campo a insurreição dos explorados. Os camponeses sem-terra isolados do proletariado e dos próprios camponeses que ainda conservam a pequena propriedade não podem impor aos latifundiários sua luta pela reforma agrária. A aliança do proletariado com os camponeses em combate pela terra poderá modificar a correlação de forças da luta de classes no campo, trazendo parte dos camponeses, que estão alheios ao movimento coletivo do campo, a se incorporar na luta contra a opressão latifundiária. É que a aliança operária e camponesa expressará para o conjunto dos explorados do campo a expropriação geral do latifúndio e fim da opressão latifundiária. A tarefa democrática de destruição da propriedade latifundiária será alcançada por uma revolução agrária. E esta, por sua vez, não poderá ocorrer nos limites do capitalismo. A contradição entre as necessidades dos camponeses terem acesso à terra monopolizada pelos latifundiários e suas aspirações à

forma da pequena propriedade privada da terra, pela via da reforma agrária, não tem possibilidade de ser resolvida no interior do capitalismo e pelo Estado. É preciso a expropriação revolucionária da propriedade latifundiária. Essa é uma tarefa histórica que só o programa do proletariado pode cumprir. A expropriação dos latifundiários é parte da expropriação dos monopólios industriais, comerciais e financeiros. A aliança operária e camponesa é vital para o proletariado quebrar o seu isolamento frente aos camponeses e a pequena burguesia urbana, para os camponeses em luta romperem seu isolamento diante dos demais camponeses e diante do proletariado e para conquistar a maioria oprimida para o programa de expropriação geral do capital. A constituição da aliança operária e camponesa é o embrião de um governo revolucionário. Reúne as necessidades da estratégia de tomada do poder pela insurreição, do programa de expropriação e da tática revolucionária de unidade da maioria oprimida em torno do proletariado. A composição de classe do capitalismo semicolonial no Brasil, as tarefas democráticas pendentes e as transformações socialistas não permitem outra forma de governo senão a do governo operário e camponês. Define-se claramente pelo conteúdo de classe proletário, portanto, da ditadura do proletariado, e por

sua aliança de maioria oprimida contra a ditadura de classe da minoria opressora.

15. A conquista do poder político pelo proletariado implica enfrentar o capital imperialista. A burguesia nacional encontra-se entrelaçada com a burguesia internacional. Apesar das diferenças e dos interesses particulares, constituem uma única classe contra o proletariado. A burguesia imperialista tem seus interesses materializados no controle interno de parte da economia e atua por cima do país por meio do capital financeiro. De forma que a luta da classe operária se confronta diretamente com os capitalistas externos. O Estado e o governo asseguram o intervencionismo econômico dos monopólios e o parasitismo financeiro do grande capital estrangeiro. A luta contra a exploração do trabalho e a tarefa de expropriação do grande capital atingem frontalmente a extração de mais-valia e a acumulação de capital pelos monopólios. Rompem o domínio imperialista. Os interesses particulares do capital internacional, cravados na economia brasileira, se revestem dos objetivos históricos de defesa do capitalismo contra a revolução socialista. A derrota da burguesia nacional pelo proletariado quebra o elo do capitalismo mundial. A burguesia imperialista se encontra na posição de defender o capitalismo como ordem internacional.

Age violentamente contra o levante revolucionário do proletariado em qualquer parte do planeta. Não admite nenhum rompimento do regime burguês, por mais insignificante que seja o país semicolonial no interior dessa ordem. Tem claro que a revolução iniciada numa determinado país tende a se projetar internacionalmente. Não é apenas seus interesses particulares que são afetados. A revolução, que começa nas fronteiras nacionais de um país, coloca no horizonte a destruição de todo o sistema capitalista de produção. Não por acaso que a luta do proletariado na semicolônia começa pelas tarefas democráticas de libertação nacional e só conclui com as tarefas socialistas. A combinação das tarefas democráticas com as socialistas impõe o entrelaçamento da luta antiimperialista com a anticapitalista. O proletariado, para enfrentar o domínio do capital mundial, está obrigado a unificar a maioria nacional oprimida por meio de uma frente única antiimperialista. Trata-se da tática revolucionária apropriada aos países semicoloniais. É por meio dela que a classe operária, tendo à frente seu partido, desenvolverá a luta de classe contra o capital monopolista e enfrentará a reação interna do grande capital nacional. A frente única antiimperialista e a aliança operária e camponesa são meios do proletariado conquistar a maioria oprimida para destruir o poder burguês.

Terror no Teatro de Moscou

Com o processo de restauração capitalista, a União Soviética se desintegrou, reconstituindo inúmeros Estados. A Revolução Russa trouxe a necessidade de eliminar toda e qualquer forma de opressão nacional. Essa tarefa constituiu em poderosa força motriz para a formação da União das Repúblicas Soviéticas. Entretanto, o regime de Stalin, que se impôs a partir de 1924, não só foi incapaz de concretizar esse objetivo como se assentou num desenvolvimento econômico e social que agudizou essa forma de opressão.

A bancarrota da União Soviética a partir de meados de 80 expressou as tendências pró-capitalistas internas e externas. O separatismo daí decorrente se deu sob a base das forças favoráveis à restauração burguesa. A reconstituição do capitalismo, ao contrário, portanto, de colocar a solução da opressão da Rússia sobre as demais nacionalidades agra

vou-a ainda mais. A guerra da Rússia contra o separatismo tchetcheno é a prova disso. Os interesses petrolíferos estão por detrás de milhares de mortes.

O recente acontecimento da ocupação do Teatro de Moscou por guerrilheiros tchetchenos, o aprisionamento de centenas de reféns e o ataque do governo Putin, matando 118 reféns e 50 tchetchenos, são conseqüências da guerra de opressão nacional. O capitalismo, por definição, não admite o direito de separação e autodeterminação dos povos.

Os trabalhadores e a juventude de todo o mundo devem condenar o genocídio do Teatro de Moscou e reconhecer que a mortandade é obra dos interesses capitalistas. Não por acaso, o governo Bush, que pretende invadir o Iraque, aplaudiu o assassinato. Acompanharam-no, Tony Blair e Ariel Sharon, os mais ferrenhos defensores da guerra imperialista contra o Iraque e do massacre

dos palestinos.

A utilização de arma química na invasão do Teatro pelas forças militares de Putin se encarrega de mostrar o cinismo dos opressores que alegam a necessidade da guerra contra o Iraque para desarmá-lo do arsenal químico.

Putim se coloca do lado dos Estados Unidos na defesa da investigação sobre o armamento do Iraque. Putin descarrega gases letais contra os guerrilheiros tchetchenos, que lutam pela autodeterminação de seu povo.

Os trabalhadores deverão responder a esse genocídio com a defesa do socialismo. Seguimos a conclusão de Marx e Engels. "Acabemos com a exploração do homem pelo homem e aboliremos a exploração de uma nação por outra nação. No dia em que acabar o antagonismo de classes no interior da nação, acaba igualmente a hostilidade entre as nações".

85 anos da Revolução Russa de 1917

Nesses 85 anos da Revolução Russa, o Partido Operário Revolucionário realiza um estudo coletivo de documentos escritos por Lenin, logo após o dia da revolução. No Jornal Massas anterior publicamos os Informes sobre as Tarefas do Poder Soviético. Nesse, publicamos abaixo o Projeto de Regulamento sobre o Controle Operário. Temos claro que a assimilação dessa experiência muito contribuirá para a constituição do programa de revolução e ditadura proletárias.

Projeto de Regulamento sobre o Controle Operário *

1. Em todas as empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas etc, que empregam não menos de cinco operários e empregados (em conjunto), ou cujo giro anual não seja inferior a 10.000 rubros, se estabelecerá o controle operário sobre a produção, armazenagem, compra e venda de todos os produtos e matérias-primas.

2. O controle operário será exercido por todos os operários e empregados

de uma empresa, já seja diretamente, se a empresa é o bastante pequena como para permiti-lo, já seja por meio de seus representantes, que deverão ser eleitos imediatamente em assembléias gerais, nas quais se levantarão atas de eleições, e os nomes dos designados serão comunicados ao governo e aos soviets locais de deputados operários, soldados e camponeses.

3. Fica estritamente proibida a suspensão do trabalho em uma empresa ou estabelecimento de importância nacional assim como toda modificação em seu funcionamento, sem autorização dos representantes eleitos pelos operários e empregados.

4. Os representantes eleitos devem ter acesso a todos os livros de contabilidade e documentos, e a todos os armazéns e depósitos de materiais, ferramentas e produtos sem exceção.

5. As resoluções dos representantes dos operários e empregados são obrigatórias para os proprietários das empresas e só poderão ser anuladas pelos sindicatos e pelos congressos.

6. Em todas as empresas de impor-

tância nacional, a todos os proprietários e todos os representantes dos operários e empregados eleitos para exercer o controle operário, serão responsáveis perante o Estado, da manutenção da ordem e a disciplina mais rigorosa e a preservação dos bens. As pessoas culpadas de negligência, ocultamento de reservas, balanços etc, serão castigadas com a confiscação de todos seus bens e prisão por um período de até cinco anos.

7. Considera-se empresas de importância nacional todas as empresas que trabalham para a defesa ou estão de alguma maneira relacionadas com a produção de artigos necessários para a subsistência da massa da população.

8. Os soviets locais de deputados e operários e as conferências dos comitês de fábrica, assim como os comitês de empregados elaborarão, em assembléias gerais de seus representantes, normas mais detalhadas sobre o controle operário.

Escrito no dia 26 ou 27 de outubro (8 ou 9 de novembro) de 1917

* A preparação do decreto sobre controle operário da produção iniciou-se imediatamente depois do triunfo da Revolução Socialista de Outubro. O projeto deste decreto, escrito por Lenin no dia 26 ou 27 de outubro de 1917 (8 ou 9 de novembro) foi debatido no Conselho Central dos comitês de fábricas e ofícios com a participação de Lenin, e no fundamental foi aprovado pela reunião. (...) O projeto de Lenin serviu de base para a elaboração posterior do projeto de lei sobre o controle operário, que foi publicado com alguns adendos no dia 1 de novembro (14 de novembro). Durante os debates seguintes se apresentou a noção de que os organismos de controle operário que surgissem nas localidades deviam ser substituídas por órgãos estatais e o controle operário não devia ser imposto em todas as empresas, mas somente nas maiores fábricas e ofícios, nas ferrovias etc. Lenin defendeu a necessidade de estimular por todos os meios a iniciativa dos operários de implantar o controle operário e todas as partes. (...) No dia 14 (27) de novembro foi promulgado o decreto que se chamou Decreto sobre o controle operário. E que continha as teses fundamentais do projeto de Lenin. Sua aprovação foi um grande estímulo para a iniciativa dos operários de implantar o controle sobre a produção e distribuição dos produtos. Sobre a base desse Decreto muitos Soviets locais, executivas e conferências de comitês de fábrica e ofícios elaboraram instruções concretas para pôr em prática o controle operário. Tiveram particular importância as instruções elaboradas pelo Soviet de Petrogrado dos comitês de fábrica e ofícios, que o secretariado do CC do partido considerou indispensável enviar às localidades para assessorar os operários que perguntavam como começar a aplicar o controle operário. A implantação do controle operário sobre a produção desempenhou um grande papel na preparação da nacionalização da indústria. No dia 6 de novembro de 1918, ao fazer a análise do primeiro ano de construção socialista, no informe do VI Congresso Extraordinário de Soviet de toda Rússia Lenin disse: " Não decretamos imediatamente o socialismo em nossa indústria porque o socialismo poderá organizar-se e consolidar-se somente quando a classe operário aprenda a dirigir, quando se consolide a autoridade das massas operárias. Sem isso o socialismo é somente um bom desejo. Esta foi a razão pela qual implantamos o controle operário, sabendo que ainda que contraditório e imperfeito, era um passo indispensável para que os operários tomassem em suas mãos a grande obra de construir a indústria em um país enorme sem exploradores, contra os exploradores".